



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DE 2015

Data: 14 de outubro de 2015

Hora: 14h

Local: Sala de reuniões da Diretoria Judiciária, no prédio da Rua Desembargador Drumond, 41 - 3º andar Belo Horizonte – MG

Presentes a Exma. Desembargadora Presidente, Maria Laura Franco Lima de Faria, o Exmo. Juiz Diretor do Foro de Belo Horizonte, Danilo Siqueira de Castro Faria e os seguintes integrantes do Grupo Estratégico: Ricardo Oliveira Marques, Diretor-Geral; Telma Lúcia Bretz Pereira, Diretora Judiciária; Zélia Beatriz Freire e Silva, representando a Secretária-Geral da Presidência; Maria Cristina Gonçalves Discacciati, Diretora de Gestão de Pessoas; Gilberto Atman Picardi Faria, Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicações; Marília Souza Diniz Alves, Diretora de Orçamento e Finanças; Patrícia Helena dos Reis, representando o Diretor de Administração; Eliel Negromonte Filho, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria; Denise Maria Reis Grego, Secretária de Apoio Judiciário; Francisco de Assis Alves Brant, Secretário de Comunicação Social, Paulo Jacinto Machado, Secretário da Escola Judicial; Christiane Dominique Künzi, Secretária de Gestão Estratégica; Fernanda Melo Costa Paschoalin, representando a Secretária da Ouvidoria; Cynthia Pereira da Silva, servidora da Diretoria de Orçamento e Finanças, Renata Nunes Franco, Juliana Aparecida Ribeiro, Liégia Maciel de Oliveira, Thais da Costa Cruz e Liliane Monteiro Serpa, servidoras da Secretaria de Gestão Estratégica. Os trabalhos foram abertos pela Secretária Christiane Künzi, que apresentou a pauta: resultados institucionais, das metas nacionais e da Justiça do Trabalho relativos ao 2º semestre de 2015 e assuntos diversos. Em relação aos resultados apresentados pelo TRT3, mostrou a sinalização dos objetivos estratégicos, explicando que ela relaciona-se ao comportamento médio de todos os indicadores relativos a cada objetivo. Aqueles com sinalização em cinza não foram medidos por possuírem indicadores com resultados ainda não coletados, seja porque são de medição anual ou bienal ou porque ainda não dispõem de sistema para coleta de dados. Mas, mesmo assim, a Secretária explicou que os objetivos foram sinalizados por estimativa sem o cômputo dos indicadores faltantes, para que os presentes pudessem ter uma ideia do desempenho de cada um deles. Lembrou ao grupo que a sinalização verde refere-se a um desempenho médio dos indicadores vinculados igual ou superior a 95%, sinalização amarela, desempenho médio entre 70% a 95% e sinalização em vermelho, menor que 70%. Dessa forma, dos 14 objetivos, 6 estão verdes, 2 amarelos, 1 em vermelho. Há ainda 5 objetivos em cinza, 2 com estimativa para a sinalização verde e 3 com estimativa para a vermelha. Após, passou-se à apreciação dos indicadores. No segundo quadrimestre, há 24 indicadores verdes (representando 46% do total), 10 amarelos (19% do total), 8 vermelhos (15% do total) e dez ainda indisponíveis (19% do total). De acordo com Christiane Künzi, observa-se uma pequena piora de desempenho no segundo quadrimestre em relação ao primeiro, que será analisada pelo grupo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

mais detidamente, após a apresentação da performance dos projetos estratégicos. Dito isso, passou a palavra à servidora Renata Nunes Franco, do Escritório de Projetos, que expôs a situação do portfólio de projetos estratégicos no segundo quadrimestre: existem 13 projetos ainda sem informações ou não iniciados (no primeiro quadrimestre eram 17), seja porque estão previstos para iniciarem em 2016 ou por encontrarem-se ainda em fase inicial de planejamento pela área demandante. Em andamento e sem entraves, há 22 projetos, contra 12 nos primeiros quatro meses deste ano. Os projetos com andamento e problemas pontuais de execução, ainda de acordo com a servidora Renata Franco, somam 5 projetos (eram 11 no primeiro quadrimestre) e dois projetos estão com problemas graves de execução (3 no primeiro quadrimestre). No segundo quadrimestre, um dos projetos já foi concluído – o *Correção Virtual e Estatística*. Como se observa, houve uma melhora na performance do portfólio em relação ao primeiro quadrimestre. A servidora também explicou aos presentes que os dois projetos com problemas graves de execução são o *Portal Interativo* e a *Implantação do Centro de Documentação e Pesquisa do TRT3*. Quanto ao primeiro, o Diretor da DTIC informou que o entrave se deve à contratação da arquitetura da informação que exige muito detalhamento e cuidado. Ressaltou, no entanto, que a TI está trabalhando na confecção de uma nova intranet utilizando ferramenta mais moderna e adequada com previsão de entrega em breve. Dando continuidade, a Secretária Christiane Künzi passou a análise do resultado dos planos de ação propostos para alguns indicadores estratégicos na 2ª RAE. Em relação ao objetivo *Promover a cidadania e a responsabilidade social*, o plano proposto para os indicadores 1 (Prazo médio de resposta às manifestações recebidas pela Ouvidoria) e 2 (Prazo médio de resposta aos pedidos de acesso enviados ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC), que estavam sem mensuração por falta de sistema, previu trazer especialista do CNJ para auxílio na implantação do sistema. Isso foi feito em 13 de julho e, de acordo com a servidora Fernanda Paschoalin, da Ouvidoria, até o final de fevereiro de 2016 o sistema deverá estar implantado. Neste sentido, informou que um piloto será testado ainda este mês. Segundo Fernanda, ocorreu um atraso para conseguir a liberação dos técnicos do CNJ. Além disso, o sistema daquele Conselho, previamente apresentado como pronto para uso, apresentou-se dependente de várias adaptações, sendo necessária sua customização para uso pelo TRT-3. A expectativa de medição dos indicadores é para o ano que vem. Prosseguindo para o indicador 4 – Consumo médio mensal de papel per capita, que estava elevado, o plano de ação previa levantar informações sobre o consumo, identificando os maiores consumidores e investigando as possíveis causas para o volume consumido, e ainda a medição do volume de tramitações em meio eletrônico. Christiane Künzi informou aos presentes que a Seção de Gestão Socioambiental fez o relatório e indicou as varas de maior consumo. A medição dos documentos tramitando em meio eletrônico não foi feita, mas segundo as informações prestadas pelo Diretor de Administração, o número de tramitações eletrônicas tem aumentado bastante. Além disso, e como parte do plano de ação, a DTIC fez um



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

trabalho de orientação quanto à impressão frente e verso, além de não ter identificado problemas graves que poderiam resultar em aumento do consumo de papel. Segundo Gilberto Atman, este aumento pode ter sido acarretado mais pela troca de impressoras matriciais pelas multifuncionais, que elevaram o consumo de papel A4, o que é um comportamento previsível. A Presidente solicitou que fosse feita uma campanha mais agressiva de forma a induzir a impressão frente e verso. Segundo ela, isso deve ser um padrão institucional e não uma escolha pessoal. A Secretária da SEGE informou que está sendo constituído o Grupo Executivo de Compras, Contratações Sustentáveis e Controle e Uso de Materiais que terá a responsabilidade de avaliar o consumo de materiais. Ela propôs como plano de ação que esse grupo encontre formas de redução do uso de papel e também o reforço da campanha feita pela SECOM, com informações bastante pragmáticas e assertivas para redução do uso de papel e, principalmente, impressão frente e verso. O Diretor da DTIC também esclareceu que o PJE acarretou uma mudança de cultura na instituição. Exemplificou que, no Foro de Juiz de Fora, existe a prática do backup dos processos eletrônicos no servidor de rede local, o que está consumindo muitos recursos para backup desnecessário e redundante do PJE. Analogamente, as pessoas imprimem como forma de segurança. Nesse ponto, a Presidente interveio, pois, segundo ela, a ausência de atendimento aos usuários especialmente no período noturno e nos finais de semana, leva as pessoas a práticas que lhes garantam maior segurança dos dados. Segundo ela, os assistentes não têm condição de trabalho, por isso precisam de muita segurança, o que os leva a salvar arquivos em PDF e colocá-los na rede. Gilberto Atman explicou que atualmente o backup é feito em diversas plataformas, além da redundância de datacenters. A tecnologia evoluiu muito. O Tribunal dispõe de cerca de 300 terabytes de memória em disco. Para a Presidente, a questão da falta de assistência e infraestrutura computacional adequada e disponível aos assistentes em casa também deve ser objeto de projeto por parte da DTIC, no sentido de muni-los de condições que garantam a segurança, rapidez de informação ao desempenho das funções realizadas no ambiente doméstico, além de acesso à rede do Tribunal. Gilberto Atman ponderou que há algumas dificuldades, que nem mesmo o acesso através do gabinete virtual resolveria, porque a versão atual está obsoleta e teríamos que adquirir novas licenças, e há restrição orçamentária que pode afetar até a expansão do ambiente de backup dos dados que é prioritária. A Presidente acrescentou, em relação ao processo de backup, que ele deveria ser realizado somente de madrugada. Prosseguindo, ressaltou que é preciso que a DTIC disponibilize um serviço de atendimento 24h aos usuários e também nos finais de semana. De acordo com ela, isso é um procedimento comum em todas as empresas. O TST dispõe de plantão 24h e nos finais de semana. Segundo a Presidente, os desembargadores têm reclamado bastante e afirmou que o TRT precisa fazer o que é imprescindível. Gilberto Atman observou que é necessário haver regulamentação de plantão de sobreaviso em nível nacional, o que foi corroborado pelo Diretor-Geral. A Diretora Judiciária sugeriu uma escala de plantão. A Diretora de Apoio Judiciário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

recomendou, a princípio, reavaliar as necessidades dos assistentes. Após, o grupo deliberou quanto à questão do trabalho em domicílio dos assistentes, o seguinte plano de ação: a Secretária de Apoio Judiciário em conjunto com a SEGE farão um levantamento das necessidades dos assistentes de 1º e 2º graus em relação ao suporte de TI e o encaminharão para a DTIC que fará então um estudo sobre a viabilidade de atender as demandas levantadas. Dando prosseguimento, Christiane Künzi passou a analisar o resultado dos indicadores 6 - Índice de processos julgados no 1º Grau, 7 - Índice de processos julgados no 2º Grau, 8 - Tempo médio de duração do processo – fase de conhecimento - 1º grau, 9 - Tempo médio de duração do processo – 2º grau, 10 - Taxa de Congestionamento – 1º grau e 11 - Taxa de Congestionamento – 2º grau, relacionados ao objetivo estratégico *Promover a qualidade, efetividade e celeridade das atividades jurisdicionais*, pois há tendência de piora que deve ser atacada rapidamente, uma vez que esse objetivo é altamente crítico, já que tem relação direta com a atividade fim do Tribunal. Explicou que, como parte do plano de ação traçado na RAE anterior, o servidor Rogélio Bar Neto, da DJ, em parceria com a Seção de Estatística, fez um levantamento bastante minucioso sobre o tempo médio de duração do processo, mais direcionado para o 2º grau. De acordo com o estudo, verificou-se que o tempo de suspensão/sobrestamento tem impactado o prazo médio de tramitação dos processos. Observou-se ainda que alguns processos não foram baixados no tempo correto e que o tempo para diligência na 1ª instância tem sido longo. Por fim, constatou-se um prazo grande entre o movimento “transitado em julgado em” e a baixa, o que pode sugerir que os movimentos processuais não estão sendo realizados no tempo e na forma correta pelas unidades. Christiane ressalta a necessidade de comunicar às unidades como realizar os andamentos corretos, à medida que se vai identificando os erros, e pode-se perceber que são sistemáticos e reiterados. A Desembargadora-Presidente esclareceu que muitos dos erros apontados em ofício remetido às turmas, são, de fato, procedentes dos gabinetes, que, não obstante orientados do correto lançamento, não fazem a retificação. Para a Presidente, existe muita falta de comunicação entre essas unidades. Como sugestão, a servidora Thais Cruz propôs a elaboração de ato normativo para correção dos lançamentos incorretos com prazo determinado. Dra. Maria Laura esclareceu ao grupo que, uma vez implantado o sistema e-gestão, qualquer gestor pode consultar e comparar a produtividade de sua unidade. A Escola Judicial dará um curso especial sobre o assunto. Como plano de ação, foi deliberado que a SEGE e a DJ darão continuidade ao trabalho de identificação dos erros e deverão continuamente orientar as unidades sobre a correta maneira de realizar os lançamentos. Christiane Künzi também informou que o tempo médio de duração do processo no segundo grau é contabilizado da distribuição até a baixa do processo (remessas para outros órgãos competentes, baixas para a instância inferior ou superior e os arquivamentos). Para avaliar se o tempo de tramitação do processo pode ser reduzido ou não é necessário fazer um estudo minucioso do processo de trabalho inteiro, contando o prazo utilizado por cada setor no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

encaminhamento do processo, de forma a localizar os gargalos. A realização deste estudo foi aprovada pelo grupo. Ainda sobre este objetivo estratégico, Christiane Künzi enfatizou que, para a discussão desses indicadores como um todo, seria interessante chamar alguns diretores de varas e pessoas com expertise no assunto, para apresentar possibilidades de redução dos prazos e aumento de efetividade, tanto no primeiro, quanto no segundo grau. Para a Secretária da SEGE, e em relação a esse objetivo e aos outros, é preciso rever os indicadores, as metas e os projetos no início do ano que vem com os grupos que os criaram já que alguns indicadores pioraram, o que pode indicar que os projetos e/ou indicadores não estejam sendo efetivos. É imprescindível analisar e revisar os números para identificar quais são as melhores iniciativas para mitigar o baixo desempenho. Em relação ao objetivo *Garantir a efetividade na execução* e aos indicadores a ele relacionados: 12 - Índice de Execução, 13 - Tempo médio de duração do processo de execução contra ente privado e 14 - Taxa de Congestionamento na fase de Execução, observou-se, à exceção do Índice de Execução, a existência de tendência de piora dos números, que também necessita ser atacada rapidamente, vez que esse também é um objetivo estratégico que impacta diretamente na atividade fim do Tribunal. A Secretária Christiane Künzi esclareceu aos presentes que a servidora Juliana Ribeiro, do Setor de Estatística, fez um estudo sobre o indicador 13 (Tempo médio de duração do processo de execução contra ente privado) já que foi observado um aumento considerável no número médio de dias de duração destes processos do primeiro para o segundo quadrimestre – de 751,7 dias para 965 dias. Segundo o estudo, esse comportamento “anormal” refere-se ao grande número de processos encerrados no 2º semestre relativos aos anos de 2011 – 7.350 e de 2014 – 8.528, que elevaram o tempo médio. Esta conclusão contrariou a tese levantada inicialmente de que o prazo médio estaria elevado pela influência de processos bem mais antigos, das décadas de 80 e 90. A Secretária indagou se será estabelecido algum plano de ação pelo grupo. A deliberação foi a de se aguardar e analisar outro quadrimestre para verificar o comportamento do indicador. Christiane Künzi comunicou ao grupo a retificação do valor do indicador 14 - Taxa de Congestionamento na fase de Execução, para o primeiro quadrimestre, tendo passado de 86% para 73,74%, ressaltando que apesar de ele não apresentar aumento significativo em relação ao quadrimestre anterior, o TRT3 não está conseguindo cumprir a meta. Quanto ao objetivo *Estimular a prevenção e a conciliação de conflitos*, a Secretária informou que o indicador 15 - Índice de conciliação - Fase de conhecimento encontra-se abaixo de 95% da meta estipulada para o ano, que é de 40,2%. Visando contribuir para a melhoria deste indicador foi implantada a Central de Conciliação em Belo Horizonte e está em execução o projeto estratégico Conciliação pré-audiência inicial. A Diretora de Apoio Judiciário sugeriu dar amplo apoio às iniciativas, analisar os resultados obtidos até o momento de forma a realizar um trabalho de inteligência e direcionar a atuação de ambos a fim de otimizar os resultados, o que foi aprovado por todos. A seguir, a Secretária de Gestão Estratégica esclareceu sobre o baixo desempenho do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

objetivo estratégico *Otimizar a logística de materias, bens e serviços* e do indicador vinculado 19 - Cobertura de estoque (4 a 12 meses) – fornecimento de bens de consumo para Varas do Trabalho, Foros e Postos Avançados. Segundo informação da Secretaria de Material e Logística, este indicador encontra-se com baixo desempenho pois 68% dos itens estão com cobertura de estoque acima de 12 meses. Isto se deve ao fato de, nos últimos meses, ter-se observado uma redução do consumo de bens nas varas com a implantação das cestas de material. Ademais a Secretaria tem optado por manter um estoque maior de itens em 2016 em função do aumento do dólar e da previsão de contingenciamento orçamentário. Vale ressaltar neste ponto que não houve aumento no valor pago aos correios pela armazenagem dos bens. Prosseguindo, a Secretária Christiane Künzi passou a análise do indicador 21 - Número médio de dias de realização de aquisições por Pregão Eletrônico, que aumentou de 113 dias para 178 dias no segundo quadrimestre. A Secretária sugeriu, como plano de ação, a execução ágil do Projeto Estratégico Otimização do Processo de Aquisição, que foi aceito pelo Grupo. A Diretora de Orçamento e Finanças observou que o gargalo do processo de aquisições atualmente não está mais na elaboração dos Termos de Referência. Ele se encontra agora na elaboração do edital. Reforçou, dessa forma, uma das entregas do projeto que é a medição dos tempos do processo pregão eletrônico e a identificação dos prazos médios de cada fase, para averiguar se o gargalo está na elaboração do edital ou em alguma outra fase. Thais Cruz, responsável pelo Escritório de Processos, informou que o mapeamento macro, já foi realizado. Em seguida, passou-se ao exame dos indicadores do objetivo estratégico *Aperfeiçoar a comunicação interna e externa*. Quanto ao indicador 23 - Índice de satisfação dos usuários internos com a comunicação institucional (anual) – o Secretário de Comunicação informou aos participantes que a pesquisa começará a ser veiculada a partir do dia seguinte, 15 de outubro. A partir dos resultados, será elaborado um Plano de Comunicação. Acerca do indicador 24 - Número de acessos às notícias publicadas no site do Tribunal – Internet, Christiane Künzi informou que a TI desenvolveu e disponibilizou para a SECOM em julho deste ano um contador automático de número de acessos às notícias publicadas na internet, como deliberado na RAE anterior. Em relação a este assunto, o Secretário da SECOM solicitou, como plano de ação, a disponibilização pela DTIC, da aplicação de contador automático de acessos às notícias da intranet, o que foi aprovado. A seguir, passou-se à análise dos indicadores atinentes ao objetivo estratégico *Aperfeiçoar a gestão e a governança corporativa e de TIC*. A Secretária de Gestão Estratégica esclareceu ao grupo que o indicador 26 - IGov-TI, apesar de ser de medição bianual pelo TCU, foi mantido no Plano Estratégico do tribunal com medição anual, com meta estabelecida pela TI de 0,51 para 2015, 0,55 para 2016, 0,60 para 2017, 0,65 para 2018, 0,68 para 2019 e 0,70 para 2020, de forma a permitir que o desempenho possa ser mais bem acompanhado. Para 2015, a meta deste indicador já foi alcançada. Quanto ao indicador 28 – Percentual de grupos de trabalho criados para influenciar a implantação e o aprimoramento dos sistemas nacionais,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

Christiane Künzi explicou que, até o momento, há somente um grupo criado, o do PJE, e indagou aos presentes o que fazer. Questionou ainda se a criação dos grupos de trabalho vai, de fato, melhorar a implantação dos sistemas; se as pessoas estão sendo envolvidas na construção dos sistemas; e se o Tribunal está trabalhando internamente para receber esses sistemas. Tanto o Diretor-Geral, quanto o Diretor de TIC responderam afirmativamente as duas últimas questões. O Diretor-Geral ressaltou que o denominador do indicador está incorreto, pois apenas quatro sistemas nacionais foram oficializados - PJE, SIGEO, SECOND e SGRH – e não os seis apresentados. Esclareceu ainda que, apesar de não ter ocorrido a formalização dos grupos, estão sendo realizadas reuniões para a definição de papéis no desenvolvimento dos sistemas, o que é fundamental. Gilberto Atman observou que o indicador não reflete bem a realidade, pois o Tribunal está participando do Comitê Gestor do SIGEO, do SIGEN, do comitê técnico temático de governança de TI e do SGRH. O Diretor-Geral sugeriu que seja dispensada a formalização dos grupos, o que foi deferido pelo grupo. A Diretora da DOF acrescentou, em relação aos Sistemas Nacionais que há ações demais sendo implantadas. Ficou estabelecido então que a DTIC fará uma proposta de alteração do indicador a fim de refletir o esforço do tribunal em implantar os sistemas nacionais. Indo adiante, Christiane Künzi expôs à análise o indicador 30 - Percentual de cargos de Juiz Substituto vagos, vinculado ao objetivo *Aperfeiçoar o recrutamento e a distribuição da força de trabalho*, informando aos participantes que ele apresenta tendência de ir para a sinalização vermelha. O Exmo. Juiz Diretor do Foro da capital, Dr. Danilo Faria, ressaltou a existência de um gargalo na execução dos concursos para magistrado. Ele sugeriu a diminuição do intervalo entre a instituição dos certames. Os participantes aquiesceram. Quanto ao indicador 34 - Percentual de gestores capacitados em competências gerenciais, vinculado ao objetivo *Implementar a Política de Gestão de Pessoas com foco na meritocracia*, a sinalização está vermelha. Isso se deve a alteração da estrutura da Escola Judicial, que passou a incorporar o antigo CTA na sua estrutura em meados de 2015, além da concentração de muitas ações no segundo semestre. Em vista disso, há previsão de possível melhora. De acordo com o Secretário da Escola Judicial, a questão maior está relacionada com a definição de uma Política Pedagógica. A Desembargadora Emília Facchini precisa de um tempo maior para adequação das linhas pedagógicas hoje coexistentes na escola e, em decorrência da mudança de Administração, decidiu por aguardar o posicionamento do novo Diretor da Escola Judicial. Apesar disto, e como já existem várias demandas para cursos como gestão de PJe, e-Gestão, Cadeia de Valor Organizacional, entre outros, Christiane Künzi propôs, como plano de ação, a execução, pela EJ, dos cursos já propostos até o final do ano, a fim de melhorar o indicador. O grupo recebeu positivamente a proposta. Já em relação ao indicador 36 - Percentual de servidores capacitados com base no mapeamento de competências técnicas, a inviabilidade da medição permanece, em virtude da necessidade de implantação de sistema próprio. Christiane Künzi destacou a implantação de sistema nacional de gestão por competências,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

que será bem básico, o que demandará de qualquer forma a necessidade de customização por parte deste Tribunal. Gilberto Atman consentiu com essa demanda, esclarecendo que o sistema de gestão de competências será, na verdade, uma das funcionalidades do sistema SGRH, com finalidade de atender as necessidades mandatórias. A previsão para esse sistema ficar pronto é junho de 2016. Após a instalação, haverá ainda a necessidade de realizar testes e migrar os dados do sistema legado. Para o indicador 37 - Quantidade de formas de recompensa do desempenho regulamentadas e implementadas, que apresenta tendência de piora, a Secretária de Gestão Estratégica esclareceu a necessidade de reformulá-lo. O que se pretende é a implementação de regulamentação própria e, talvez, a realização de uma pesquisa de satisfação. O grupo deliberou pela proposição de um novo indicador a fim de substituir o atual na próxima RAE. A Secretária Christiane Informou ainda que o projeto vinculado, Recompensar, está sendo transferido da Diretoria de Gestão de Pessoas para a Secretaria de Desenvolvimento de Pessoas e está em fase de planejamento. Prosseguindo, foram analisados os indicadores vinculados ao objetivo *Assegurar um ambiente saudável e seguro*. O Indicador 38 - Percentual de adesão ao exame periódico de saúde – magistrados, apresentou sinalização vermelha nos dois quadrimestres, mesmo depois de terem sido realizadas diversas sensibilizações. Após ampla discussão, foi sugerido pelo Exmo. Juiz Diretor do Foro da capital, Dr. Danilo Faria, e aprovado pelo grupo, que os médicos do tribunal, que atendem diversos magistrados, inclusive em consultas particulares, preencham a ficha do exame periódico dos juízes e desembargadores nestas ocasiões, de maneira a permitir um acompanhamento periódico da saúde deste público. Esta proposta deverá ser encaminhada e analisada pelo Setor de Saúde. Em relação ao indicador 39 - Percentual de adesão ao exame odontológico periódico, que se apresenta com sinalização verde, mas ainda abaixo da meta, o plano de ação a ser adotado seria o mesmo do indicador 38. Denise Grego sugeriu que seja bem divulgada a informação de que a guia do Exame Periódico Odontológico é específica e não se confunde como o PTO (Pedido de Tratamento e Orçamento), pois o periódico é gratuito e a consulta feita por meio do PTO é cobrada do servidor/magistrado à proporção de 10% do valor. A divulgação também irá contribuir em muito para melhorar a apuração do referido índice. Já o Indicador 40 - Índice de implantação da ginástica laboral está muito abaixo da meta, pois está em fase de contratação um piloto de ginástica laboral para as varas do Triângulo Mineiro. A proposição está em tramitação (atualmente na DGP). Como plano de ação e recomendação da Presidente, foi deliberado que esse piloto deve ser acompanhado mais de perto pela Secretaria de Saúde, devido à urgência e essencialidade da ação, sobretudo com o PJe implementado na totalidade das varas até o final do ano. O indicador 43 - Índice de estresse no trabalho (bienal), continua sem mensuração, pois houve alteração nos parâmetros da pesquisa de estresse, que demandou alteração do Termo de Referência. A previsão de conclusão do TR era 13.10.15. Dessa forma, o plano de ação permanece: acelerar o processo de contratação, a cargo da Secretaria de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

Saúde. Por fim, o último objetivo: *Buscar a excelência na gestão do orçamento*, com o exame dos indicadores: 47 - Índice de execução do orçamento disponibilizado, 51a - Índice de execução de restos a pagar não processados do exercício anterior e 51b - Índice de execução de restos a pagar não processados de dois exercícios anteriores. De acordo com a Diretora da DOF, quanto ao indicador 47, a intenção é não executá-lo totalmente em 2015, transferindo cerca de R\$2 milhões para 2016, visando garantir mais recursos no próximo ano, uma vez que não se sabe, de antemão, o quanto será contingenciado. A Desembargadora Presidente, aproveitando o tema orçamento, salientou a premente necessidade de aprimoramento do nosso processo de compras, que se mostra pouco eficiente, sendo imprescindível a estruturação de um setor que centralize as etapas de contratação do Tribunal. O Diretor-Geral concordou, porém enfatizou a importância de o demandante não fugir das responsabilidades a ele atinentes. A seguir, Christiane Künzi apresentou o resultado do indicador 51 e informou que está em desenvolvimento uma funcionalidade que permitirá a atualização dos dados de pessoal, com previsão de conclusão em dezembro deste ano. Marília Alves, Diretora de Orçamento e Finanças, explicou que o resultado mostra ser o TRT-3 pouco eficiente enquanto pagador de passivos. Neste momento a Desembargadora-Presidente enfatizou o compromisso assumido pela Diretoria de Gestão de Pessoas em quitar os passivos de pessoal do tribunal na proporção de 1% do orçamento ao mês até o final do ano. Por fim, a Secretária Christiane propôs, como ação realizar uma reunião entre as Diretorias de Orçamento e Finanças, Gestão de Pessoas, e as Secretarias de Pagamento de Pessoal e de Gestão Estratégica para avaliar os passivos e definir a forma de pagamento. Finalizada a análise dos indicadores internos, Christiane informou ao grupo sobre o desempenho do TRT-3 em relação às Metas Nacionais do CNJ referente ao mês de agosto: Meta 1: julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente - 93,83% de cumprimento da meta no Primeiro Grau e 94,06% no Segundo Grau. Meta 2: Identificar e julgar, até 31.12.15, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31.12.13, cumprida nos dois graus de jurisdição. Meta 5: baixar em 2015 maior quantidade de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente – cumprida. Meta 6: identificar e julgar, até 31.12.15, as ações coletivas distribuídas até 31.12.12 (1º grau) e até 31.12.13 (2º grau): 95,78% de cumprimento no 1º grau e cumprida no 2º. Não obstante serem apenas 13 processos restantes, a Secretária de Gestão Estratégica ressaltou que provavelmente a meta 6 não será cumprida no 1º grau. Meta 7: identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior: 92,79% de cumprimento no Primeiro Grau e 86,73% no Segundo Grau. Metas Específicas - Meta 1: manter o prazo médio de duração dos processos: 86,9% de cumprimento no Primeiro Grau e 82,5% no Segundo Grau. Meta 2 - Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento em relação à média do biênio 2013/2014: 93,54% de cumprimento. Por fim, em relação ao indicador da Justiça do Trabalho - Aumentar o Índice de Execução do Orçamento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

Disponibilizado em 0,5% relativamente à média de 2011, 2012 e 2013 – o cumprimento está em 81,94% da Meta. Após, em assuntos gerais, Christiane solicitou aos gestores presentes o compromisso de repassar todas as informações acerca dos indicadores, metas e projetos das respectivas áreas aos novos gestores, pois a gestão estratégica somente existe com a continuidade de gestão. Também comunicou que em 2016 o Plano Estratégico (indicadores e projetos) deverá ser revisto, e conta com a colaboração das diversas áreas do Tribunal para esta revisão. Para finalizar, a Desembargadora-Presidente agradeceu o empenho e solicitou o engajamento de todos para com a próxima gestão. Além disso, frisou como grandes entregas de sua gestão a maior rapidez no processo de nomeação dos dez novos desembargadores, mediante o envio de lista múltipla e a reforma organizacional, o que deu origem ao organograma do tribunal. Após, a Secretária Christiane agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Para constar eu,

Christiane Dominique Künzi, Secretária de Gestão Estratégica, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e por todos os presentes.

Desembargadora-Presidente	Dra. Maria Laura Franco Lima de Faria	
Juiz Coordenador do SINGESPA	Dr. Danilo Siqueira de Castro Faria	
Diretoria-Geral	Ricardo Oliveira Marques	
Diretoria Judiciária	Telma Lúcia Bretz Pereira	
Secretaria Geral da Presidência	Zélia Beatriz Freire e Silva	
Diretoria de Gestão de Pessoas	Maria Cristina Gonçalves Discacciati	
Diretoria de TIC	Gilberto Atman Picardi Faria	
Diretoria de Orçamento e Finanças	Marília Souza Diniz Alves	
Diretoria de Administração	Patrícia Helena dos Reis	
Secretaria da Corregedoria e da Vice-Corregedoria	Eliel Negromonte Filho	
Secretaria de Apoio Judiciário	Denise Maria Reis Grego	
Secretaria de Comunicação Social	Francisco de Assis Alves Brant	
Secretaria da Escola Judicial	Paulo Jacinto Machado	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica

Secretaria da Ouvidoria	Fernanda Melo Costa Paschoalin	
-------------------------	--------------------------------	--